

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

CLEIDE RITA NUNES LOPES

**CONTRIBUIÇÕES DA AUDIO-DESCRIÇÃO PARA ACESSIBILIDADE A
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL- ENFOQUE NA CONSTRUÇÃO DE
UM CARDÁPIO INCLUSIVO PARA PESSOA CEGA**

Vitória de Santo Antão -PE

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

CLEIDE RITA NUNES LOPES

**CONTRIBUIÇÕES DA AUDIO-DESCRIÇÃO PARA ACESSIBILIDADE A
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL- ENFOQUE NA CONSTRUÇÃO DE
UM CARDAPIO INCLUSIVO PARA PESSOA CEGA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a banca examinadora para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco sob orientação dos Professores Juliana Souza Oliveira e Ernani Nunes Ribeiro.

Vitória de Santo Antão - PE

2018

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Jaciane Freire Santana, CRB4-2018

L864c Lopes, Cleide Rita Nunes.
Contribuições da audio-descrição para acessibilidade a educação alimentar e nutricional- enfoque na construção de um cardápio inclusivo para pessoa cega. / Cleide Rita Nunes Lopes. - Vitória de Santo Antão, 2018.
40 folhas; il.: color.

Orientadora: Juliana Souza Oliveira.

Coorientador: Ernani Nunes Ribeiro.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Bacharelado em Nutrição, 2018.

1. Audiodescrição. 2. Crianças deficientes visuais. 3. Educação Alimentar e Nutricional. I. Oliveira, Juliana Souza (Orientadora). II. Ribeiro, Ernani Nunes (Coorientador). III. Título.

371.335 CDD (23.ed.)

BIBCAV/UFPE-056/2018

CLEIDE RITA NUNES LOPES

**CONTRIBUIÇÕES DA AUDIO-DESCRIÇÃO PARA ACESSIBILIDADE A
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL- ENFOQUE NA CONSTRUÇÃO DE
UM CARDAPIO INCLUSIVO PARA PESSOA CEGA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Nutrição do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco em cumprimento ao requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição.

Aprovada em: 10 de Janeiro de 2018

Banca Examinadora:

Juliana Souza Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Ernani Nunes Ribeiro (Coorientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Ewerton Luis da Silva (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Nathalia Barbosa de Aquino (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Catarine Santos Silva (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todas as pessoas com deficiência visual.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo.

A minha mãe Josefa Rita Nunes que embora analfabeta me ensinou a ler me mostrando que as limitações podem ser superadas quando existe amor.

Ao meu filho Jorge Lucas Nunes Lopes, ele que é sempre a razão de meus esforços e o combustível para minha vida.

A minha família pelo encorajamento e apoio.

A amiga Nailma Louise Araujo que acreditou em mim e que foi exemplo de amizade verdadeira.

Aos meus orientadores Ernani Ribeiro e Juliana Souza Oliveira pela dedicação, confiança e paciência.

A todos os mestres que foram incentivo e exemplo.

A equipe do EREM José Joaquim da Silva, bem como a equipe da GRE Mata Centro pela colaboração.

A todos os amigos pelo carinho.

“Ninguém é igual a ninguém. Todo ser humano é um estranho ímpar...”

Carlos Drummond de Andrade

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Áudio-Descrição
AEE	Atendimento Escolar Especializado
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
FIANx	FoodFirst Information & Action Network (Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas)
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRE	Gerência Regional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JJS	José Joaquim da Silva
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAN	Segurança Alimentar Nutricional
SEE	Secretaria de Educação do Estado
SUPAE	Superintendência do Programa de Alimentação Escolar
UAN	Unidade de Alimentação e Nutrição
TA	Tecnologia Assistiva

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Categorias da áudio-descrição	27
Figura 1	Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 1º dia. Vitória de Santo Antão, 2017	28
Figura 2	Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 2º dia. Vitória de Santo Antão, 2017	29
Figura 3	Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 3º dia. Vitória de Santo Antão, 2017	30
Figura 4	Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 4º dia. Vitória de Santo Antão, 2017	31
Figura 5	Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 5º dia. Vitória de Santo Antão, 2017	32

RESUMO

Introdução: De acordo com Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2013), cerca de 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, e a visual é a mais representativa, atingindo 3,6%. No que concerne os aspectos da inclusão social e cultural, a audiodescrição é um recurso de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir, com melhor entendimento, a filmes, peças de teatro, programas de TV, mostras musicais, óperas e outros, ouvindo o que não pode ser visto. Destaca-se nesse âmbito, a importância social da EAN, para este público, a fim de agregar autonomia e inclusão social garantindo-lhe que o DHAA não seja negado, sabendo a importância desse fator para a qualidade de vida e saúde da população. **Objetivo:** Investigar as contribuições da audiodescrição para acessibilidade à Educação Alimentar e Nutricional, por meio da produção de cardápios áudio-descritos. **Metodologia:** O estudo foi realizado na Escola de Referência do Ensino Médio (EREM) José Joaquim da Silva (JJS), da rede estadual de ensino, localizada no município de Vitória de Santo Antão. Durante uma semana, foram realizadas visitas para o acompanhamento da distribuição da merenda escolar, no horário do almoço, na referida escola. Sendo realizada captura fotográfica das refeições e após executado de acordo com roteiro a audiodescrição das preparações. **Resultados:** A fim de apresentar as imagens das refeições, as fotografias áudio-descritas mostraram-se adequadas para a finalidade de imagens alimentícias, desenvolvendo de forma clara e simples um conjunto de textos facilitadores que funcionam como tecnologias assistivas para alunos cegos ou de baixa visão das escolas estaduais de Pernambuco. **Conclusão:** O roteiro sugerido pode ser trabalhado, não apenas, na construção do cardápio da merenda escolar, mas de todas as unidades de alimentação e nutrição – UAN, o que confere um produto para toda a população brasileira, seja integrada no ambiente escolar, trabalho ou lazer. Para tanto, outros estudos podem ser propostos a fim de verificar a eficácia desse cardápio na construção de hábitos alimentares saudáveis, bem como, autonomia nas escolhas nutricionais da pessoa cega.

Palavras-chave: Acessibilidade. Audiodescrição. Deficiência visual. Educação Alimentar e Nutricional. Inclusão.

ABSTRACT

Introduction: According to the National Health Survey (IBGE, 2013), about 6.2% of the Brazilian population has some type of disability, and the visual is the most representative, reaching 3.6%. As regards the aspects of social and cultural inclusion, **Aúdio Description** is an accessibility resource that allows people with visual impairments to better understand movies, plays, TV shows, musical shows, operas and others, hearing what can not be seen. In this context, the social importance of **EAN** is highlighted for this public, in order to aggregate autonomy and social inclusion guaranteeing that the **DHAA** is not denied, knowing the importance of this factor for the quality of life and health of the population. **Objective:** To investigate the contributions of audiodescription for accessibility to Food and Nutrition Education, through the production of audio-described menus. **Methodology:** The study was carried out at the Escola de Referência do Ensino Médio (EREM), José Joaquim da Silva (JJS), of the state education network, located in the city of Vitória de Santo Antão. During one week, visits were made to the attendance of the distribution of the school lunch, at lunch time, in the said school. Being carried out photographic capture of the meals and after executed according to script the audio description of the preparations. **Results:** In order to present the images of the meals, the audio-described photographs proved adequate for the purpose of food images, developing in a clear and simple way a set of facilitating texts that function as assistive technologies for blind or low vision students of the state schools of Pernambuco. **Conclusion:** The suggested itinerary can be worked not only in the construction of the menu of school meals, but of all the food and nutrition units - **UAN**, which confers a product for the entire Brazilian population, whether integrated into the school environment, work or leisure. For this, other studies may be proposed to verify the effectiveness of this menu in the construction of healthy eating habits, as well as, autonomy in the nutritional choices of the blind person.

Keywords: Accessibility. Audio description. Visual impairment. Food and Nutrition Education. Inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 Geral.....	14
2.2 Específicos	14
3 JUSTIFICATIVA.....	15
4 REVISÃO DA LITERATURA.....	16
4.1. Acessibilidade e Inclusão a pessoa cega.....	16
4.2 Tecnologia Assistiva	17
4.3 Áudio-Descrição	19
4.4 Alimentação Escolar	21
4.5 Educação Alimentar e Nutricional.....	22
5 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	25
5.1 Material e métodos	26
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
7 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	35
ANEXO A - Carta de apresentação a GRE Mata Centro.....	40

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil determina em seu artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. O princípio da igualdade de direitos, previsto constitucionalmente, fixa que todos os cidadãos têm direito a tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico. Desse modo, a inclusão social das pessoas com deficiência não deve ser considerada só importante, tem que ser inequívoca, pois está afirmado claramente na Carta Magna o direito de igualdade de todos os cidadãos (BRASIL, 1988).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2013), cerca de 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, e a visual é a mais representativa, atingindo 3,6% . No Brasil, os critérios que classificam a deficiência visual se baseiam pelos propostos da Organização Mundial de Saúde (OMS), tomando como referência a tabela de Snellen. A análise clínica se baseia na medição de acuidade visual, de acordo com os critérios: a) portadores de cegueira – acuidade visual inferior a 0,05, em ambos os olhos, após a máxima correção óptica, e campo visual ou ângulo visual restrito a 20 (graus) de amplitude no melhor olho; b) portadores de visão subnormal – acuidade visual inferior de 0,3 e 0,05, em ambos os olhos, com máxima correção óptica (OMS, 1981). A cegueira é compreendida pela completa falta de percepção visual ou apenas percepção de luz, sendo capaz de diferenciar o claro do escuro. Baixa visão ou visão subnormal “pode ser descrita como qualquer grau de dificuldade visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual” (MASSINI, 2007, p. 36).

Considerando a deficiência no modelo social, Sasaki (2012) traz um conceito de equiparação de oportunidades – e defende a necessidade de adaptação e adequação dos sistemas sociais comuns, mediante eliminação de barreiras do ambiente, a fim de que as pessoas com deficiência possam participar em todos os aspectos da sociedade.

No que concerne os aspectos da inclusão social e cultural, a AD é um recurso de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir, com melhor entendimento, a filmes, peças de teatro, programas de TV, mostras musicais, óperas e outros, ouvindo o que não pode ser visto (MOTTA 2008). Motta (2010) faz uma alusão metafórica, na qual a técnica é a arte de

transformar aquilo que é visto no que é ouvido. A AD é um recurso de tradução audiovisual, que trabalha com uma relação intersemiótica — transformando imagem em palavras — e se concretiza através da técnica de narração realizada por um audiodescritor-narrador.

A EAN, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial, e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

Visto isso, destacamos a importância social da EAN, para este público, a fim de agregar autonomia e inclusão social garantindo-lhe que o DHAA não seja negado, sabendo a importância desse fator para a qualidade de vida e saúde da população. Cardoso Luiz et al (2015) analisando o documento FoodFirst Information & Action Network – FIAN (Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas). Apontam que as ações de EAN objetivam que esse direito possa ser uma realidade de todos os cidadãos, em especial aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, entre os quais as populações negras, os povos e as comunidades tradicionais e indígenas, além das pessoas com deficiência (de naturezas físicas, visual, auditiva ou intelectual).

A segunda diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) compreende a EAN como um dos pilares da promoção da alimentação adequada e saudável. Numa prática sensível, continua intersetorial e multiprofissional que utiliza as mais diversas propostas educacionais a fim de gerar a autonomia para que as pessoas, grupos e comunidades estejam emponderados para a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2013).

Para Lima e Ribeiro (2012), a AD se apresenta como uma estratégia de autonomia por se tratar não apenas de uma simples descrição completa ou aleatória da imagem, mas a tradução visual de elementos que, sendo apresentados ao usuário, propiciará uma representação mental precisa, objetiva e vívida do que está sendo visto no evento; colaborando, assim, na prática de EAN visando à inclusão

social, o acesso a pessoa com deficiência visual ou baixa visão a uma alimentação adequada e de qualidade e, sobretudo a sua autonomia nutricional.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Investigar as contribuições da áudio-descrição para acessibilidade a Educação Alimentar e Nutricional, por meio da produção de cardápios áudio-descritos.

2.2 Específicos

- Utilizar a áudio-descrição, como ferramenta de Educação Alimentar e Nutricional, no uso tradutório de imagens alimentícias;
- Produzir textos áudio-descritos da merenda escolar para a inserção do sujeito com baixa visão e do cego, como instrumento de inclusão;

3 JUSTIFICATIVA

A falta de acessibilidade comunicacional, como uma das muitas barreiras encontradas, de acordo com a Lei nº. 10.098, capítulo 1. artigo II, Item II; podem configurar entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa; onde o indivíduo cego diante da escolha de uma refeição pode ser privado dos aspectos visuais que o alimento oferece, e assim, limitar suas escolhas, comprometendo também o consumo de uma alimentação diversificada, bem como sua acessibilidade (BRASIL, 2000).

A EAN é uma importante ferramenta para a promoção de uma alimentação saudável e a aceitabilidade de diferentes alimentos respeitando a individualidade, preferências alimentares de acordo com sua cultura familiar, regionalidade e costumes. E, a partir da construção de cardápios áudio-descritivos, há mais possibilidades e diversidades para que as pessoas cega possam comer, e adequar a sua alimentação a uma vida mais saudável e acessível.

Um público, por vezes negligenciado, muitas vezes por preconceito ou por falta de técnicas ou ferramentas que facilitem e/ou diminuam as barreiras comunicacionais, a pessoa que apresenta diferentes formas de comunicação e ou comportamento, encontra-se sem acesso a informações simples, básicas e indispensáveis para promoção da saúde.

Nesse contexto, o presente trabalho é proposto a fim de minimizar as barreiras comunicacionais, buscando aproximar de forma inclusiva a pessoa com deficiência visual a nutrição, bem como assegurar a essa população o DHAA e autonomia nas escolhas nutricionais, garantindo-lhe acesso ao alimento através das contribuições da AD como ferramenta de EAN.

4 REVISÃO DA LITERATURA

A Constituição Federal de 1988, por meio do art. 208 (BRASIL, 1988), determina o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa determinação, amparada em legislação infraconstitucional posterior e traduzida em políticas públicas implementadas pelo Ministério da Educação a partir de 1988, modificou inteiramente as estatísticas de atendimento escolar deste contingente populacional no país, antes preponderantemente atendido pelas chamadas “escolas especiais” (ANDRÈS, 2014).

A Educação Especial, numa perspectiva inclusiva, tem sido item das normativas e legislações específicas que auxiliam a formulação de políticas públicas educacionais relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado. A exemplo disso temos a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2007); Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Educação Básica, modalidade Educação Especial (2009) e o Decreto 7611/2011 os quais tratam de como deve acontecer o AEE (BRASIL, 2011).

O AEE refere-se ao atendimento realizado por professores especializados em escolas regulares ou espaços específicos às crianças especiais. O mesmo deve ocorrer no turno oposto ao que eles frequentam a classe comum, sendo atendidos em grupo ou individualmente. Lembrando que este atendimento deve estar contemplado nas propostas pedagógicas da escola, isto é, no Projeto Político Pedagógico (PPP) (SILVA, 2009). De acordo com Bürkle (2010), também compõe o AEE o professor itinerante, o professor mediador e as salas de recursos, os quais têm com o objetivo de auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais durante o seu processo de ensino-aprendizagem nas salas regulares.

4.1. Acessibilidade e Inclusão a pessoa cega

Cada indivíduo, nas suas particularidades, vai apresentar diferentes comportamentos e adaptações, nessa perspectiva, destacamos os conceitos de acessibilidade — conceituada pela Lei 10.098 (BRASIL, 2000), como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia,

dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, ou seja, a qualidade do que é acessível, aquilo que é atingível, que tem acesso fácil, e equidade.

O conceito é usado para mencionar noções de justiça e igualdade social com valorização da individualidade. A equidade representa um equilíbrio entre a justiça natural e a lei positiva; oferecer, reconhecer as diferenças nas condições de vida e saúde e nas necessidades das pessoas, considerando que o direito à saúde passa pelas diferenças sociais e deve atender a diversidade (BRASIL, 2017).

Para tanto, é necessário olhar as diferenças como parte do ser humano; algo natural, mas que merece ser respeitada. Alguns estudos (GUTERRES, 2006; MAGALHÃES, 2014; BOOG, 2013) trabalharam com adaptações nas atividades de EAN para a pessoa cega a fim de promover a inserção social, o presente estudo, por outro lado, traz o processo inverso, utilizando de roteiros de AD, já usados por este público, como agente facilitador, ou seja, traz uma adaptação da AD para trabalhos de EAN.

4.2 Tecnologia Assistiva

O direito à AD, segundo a legislação brasileira, é um longo caminho que tem sido traçado rumo à obrigatoriedade, o primeiro passo foi dado com a Lei 10.098 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei da Acessibilidade. Os artigos 2º (inciso II, alínea “d”) e 17 desta lei merecem ser aqui destacados, por serem aqueles mais diretamente relacionados à AD, como se pode observar no transcrito a seguir:

Art. 2º. Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:
 II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em: d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao

trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000, sem paginação).

Foram necessários quatro anos para que fosse publicado o Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), que regulamenta a Lei da Acessibilidade, inclusive no que se refere à acessibilidade na comunicação, de modo geral, na televisão, em particular. O artigo 52 deste decreto determinou a adaptação dos aparelhos televisores de modo a poderem ser usados por pessoas com deficiência.

Tecnologia Assistiva (TA) é uma área interdisciplinar do conhecimento, que se ocupa de produtos, recursos, metodologias, serviços, estratégias e práticas cujo objetivo primeiro é propiciar atividades e participação das pessoas com deficiência, sejam elas sensoriais, motoras, físicas ou intelectuais, tendo sempre como meta dar a essas pessoas autonomia, independência e qualidade de vida em sua inclusão social, em todos os âmbitos em que atua (BRASIL, 2007). Costumeiramente, esses “produtos” são chamados de tecnologias assistivas, podendo ainda serem encontrados nomes como “ajudas técnicas” ou “tecnologias de apoio”.

Sasaki (1996) propôs o termo “tecnologia assistiva” para traduzir no Brasil o que o termo em inglês *assistive technology* já vinha expressando. Defendia que o novo vocábulo trazia em seu sufixo “tiva” uma característica da palavra; desta forma “assistiva” significaria “coisa que assiste” ou “coisa que ajuda”, que “auxilia”. Galvão Filho (2009, p.1) define tecnologia assistiva “como qualquer recurso, produto ou serviço que favoreça a autonomia, a atividade e a participação da pessoa com deficiência”.

As tecnologias assistivas são aquelas tecnologias próprias para uso das pessoas com deficiência, e devem ser diferenciadas daquelas usadas de forma corrente (GALVÃO, 2007). O foco da tecnologia assistiva está no usuário com deficiência e não na própria tecnologia, já que essa poderia ser usada por qualquer pessoa. Por exemplo, se uma pessoa sem deficiência escuta um áudiolivro enquanto faz exercícios de esteira em uma academia apenas para facilitar sua vida, nesse caso o áudiolivro não é uma tecnologia assistiva. Entretanto, se uma pessoa cega ouve o mesmo áudiolivro como alternativa acessível para “ler” o conteúdo impresso, então será para a pessoa cega uma tecnologia assistiva (ULBRICHT, 2011).

Os produtos podem ser recursos, equipamentos, ferramentas ou processos. O propósito é melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência devolvendo-

lhes suas capacidades funcionais. Esses produtos são facilitadores da inclusão social de seus usuários, porque lhes permitem mobilidade e acesso aos ambientes físicos, virtuais, sociais, culturais e econômicos ocupados pelos demais (BERSCH, 2006).

No campo da educação, onde têm sido bastante utilizadas (AMORIM et al., 2010), essas tecnologias permitem às pessoas com deficiência o uso dos recursos disponibilizados no espaço escolar, seja ele presencial ou à distância, e consequente acesso ao conhecimento (ASSISTIVA, 2010).

O aspecto da independência da pessoa com deficiência é fator preponderante para o exercício de sua cidadania plena. As tecnologias assistivas são importantes fatores para isso, pois “contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão” (ASSISTIVA, 2010, p.2).

A partir da ideia de Radabaugh (NATIONAL, 1993), pode-se dizer que as tecnologias comuns tornam as coisas mais fáceis para as pessoas sem deficiência, mas para as pessoas com deficiência, as tecnologias assistivas tornam as coisas possíveis. Como as tecnologias assistivas têm seu foco no usuário, na maioria das vezes não são adequadas para todo tipo de deficiência. Para as pessoas cegas, há tecnologias específicas que lhes auxiliam em suas atividades cotidianas.

4.3 Áudio-Descrição

A narração (oral ou escrita) dos eventos tem sido uma opção muito utilizada para dar a conhecer a quem deles participou, viu ou observou. Como sabemos das “histórias” e lendas antigas, seriam através dos olhos e da fala de terceiros que se conheceriam as novas terras, a respeito das quais os viajantes que delas voltavam, contavam suas experiências e impressões. Contudo, tais narrativas eram entrecortadas por interpretações, muitas vezes imprecisas, isso quando não eram fantasiosas. Mesmo os registros, em forma de imagens pintadas, esculpidas ou tecidas, podiam representar o que se acreditava ter acontecido ou visto e não o que verdadeiramente ocorrera (LIMA et al, 2010).

Esteado na técnica da tradução visual e com o princípio de que todos devem ter pleno acesso à informação, à comunicação, à cultura, à educação e ao lazer, bem como com o entendimento de que cabe ao indivíduo decidir sobre o que quer,

como quer, quando quer ter a acesso a tudo isso, começou-se a desenvolver o que veio a ser chamado de áudio-descrição (LIMA et al., 2010). Com o passar do tempo e a chegada de tecnologias e suas inovações audiovisuais propiciou o afastamento da pessoa cega da informação e as imagens passaram a ser o foco das apresentações.

A AD um recurso que consiste em traduzir imagem em palavras, construindo descrições de forma clara e objetiva de informações compreendidas visualmente. Tem como princípio apresentar o essencial do discurso imagético para que, através de uma descrição tecnicamente criteriosa se possa ter acesso (por escrito ou na forma oral) ao que se está sendo apresentando em uma dada imagem, podendo ser apresentadas como: figura, gráfico, mapa, fotografia e outras configurações bidimensionais ou tridimensionais, apresentadas nos espaços físicos ou virtuais, na modalidade digital, em papel ou em qualquer outra forma (RIBEIRO, 2012).

Ajudando a assegurar a pessoa cega ou de baixa visão tenham igual acesso a eventos culturais promovendo a informação visual essencial. As diretrizes para a AD refletem a origem desta como um meio de tornar acessíveis as apresentações de teatro ao vivo; contudo, o espírito desses princípios aplica-se a quase todas as situações de áudio-descrição (VIEIRA, 2008).

A AD ajuda a assegurar que as pessoas que são cegas ou têm baixa visão usufruam de igual acesso a eventos culturais, provendo a informação visual essencial. Utiliza as pausas naturais no diálogo ou narração para inserir descrições dos elementos visuais essenciais: ações, aparências dos personagens, linguagem corporal, vestimentas, cenários, iluminação, etc. As descrições são passadas através de um fone de ouvido sem fio, a fim de permitir que as pessoas com deficiência visual possam sentar-se em qualquer lugar no auditório (VIEIRA, 2010).

Para Ribeiro e Lima (2012), AD não é uma simples descrição completa ou aleatória da imagem, mas a tradução visual de elementos que, sendo apresentados ao usuário, propiciarão uma representação mental precisa, objetiva e vívida do que está sendo visto no evento imagético.

Estudo desenvolvido em uma escola estadual do ensino regular, no município do Recife, PE com indivíduos surdos, a AD em libras foi utilizada como instrumento tradutório das imagens e ilustrações contidas nos livros didáticos e verificou que a tradução visual (da AD de imagens) ampliou a compreensão de texto bem como a aquisição de novos vocábulos (RIBEIRO, 2012).

Neste sentido, AD vem sendo estudada em diferentes situações a fim de contribuir para o acesso e inclusão da pessoa cega aos seus direitos humanos. As contribuições ainda não foram testadas no âmbito da assistência a saúde, o que torna esse estudo inovador e toma para si o comprometimento de divulgar e provar seu valor em acessibilidade comunicacional, bem como, encorajar a sua utilização nas estratégias de EAN que também compactuam do conceito de propiciar ao indivíduo de forma inclusiva as informações para que seja autor consciente de suas escolhas nutricionais como garantia de manutenção e prevenção de sua saúde.

4.4 Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE representa a política pública mais longeva do Brasil na área de SAN. Desde 2007, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação - MEC, é o órgão responsável pela coordenação geral, normatização e pela transferência de recursos financeiros à execução do PNAE.

Apesar do longo histórico, os avanços mais significativos só foram observados nas últimas décadas fazendo com que o programa assumisse maior projeção. Descentralização do programa, universalidade do atendimento, aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, resgate dos hábitos alimentares regionais, controle social e inserção de ações de EAN, no cotidiano das escolas, são algumas das mudanças nesse cenário (BRASIL, 2013).

O Programa, tem sofrido inúmeras alterações no seu aparato legal propiciando cada vez mais a incorporação da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar como uma importante meta. Inúmeros projetos em parceria com outros órgãos focalizam esta ação e, juntamente a ela, a EAN a exemplo: “Dez Passos para Alimentação Saudável na Escola”, em parceria com o Ministério da Saúde, “Projeto Criança Saudável Educação Dez” com o Ministério do Desenvolvimento Social, “Projeto Alimentação Saudável nas Escolas” com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Projeto Educando com a Horta Escolar, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (CHAVES, 2006).

É também uma meta desejada que as escolas incorporem a temática alimentação saudável nos seus projetos políticos pedagógicos, perpassando por todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares, o que foi previsto nos documentos que regem o PNAE (SANTOS, 2010).

4.5 Educação Alimentar e Nutricional

De 1940 a 1960, a educação nutricional esteve vinculada às campanhas de introdução de novos alimentos e às práticas educativas que se tornaram um dos pilares das políticas de alimentação e nutrição do período (BOOG, 1997). Lima (2000), ressalta que esse momento da educação nutricional se fundamentou no mito da ignorância, fator considerado como determinante da fome e da desnutrição na população de baixa renda, grupo destinatário dessas ações educativas. Assim, o desenvolvimento de instrumentos adequados, que ensinassem o pobre a comer, a fim de corrigir hábitos errôneos nessas populações foi uma prioridade que caracterizava uma concepção de educação centrada na mudança do comportamento alimentar (LIMA, 2003).

A partir de 1970, alimentação-educação começou a ceder espaço para o binômio alimentação-renda, resultado dos redirecionamentos das políticas de alimentação e nutrição traçadas no país, as quais, a partir de então, se pautavam no reconhecimento da renda como principal obstáculo para se obter uma alimentação saudável (BOOG, 1997).

Em meados de 1980, com a educação nutricional crítica, a concepção identificava haver uma incapacidade de forma isolada, promover alterações em práticas alimentares. A educação nutricional crítica baseava-se nos princípios da pedagogia crítica dos conteúdos, de orientação marxista, considerando que a educação nutricional não é neutra, como também não pode seguir uma metodologia prefixada (SANTOS, 2005).

Lima (2003), destaca que apenas no XIV Congresso Nacional de Nutrição, realizado em Belo Horizonte, MG, realizado em 1996 a temática da educação nutricional retorna ao cenário, enfatizando a questão do sujeito, a democratização do saber, a cultura, a ética e a cidadania. Resultando em parte das discussões sobre segurança alimentar que integraram o cenário internacional e nacional nos anos 1990, concebendo a alimentação como um direito humano.

O marco de referência para Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi elaborado por etapas, tendo início com a composição de um Grupo de Trabalho, em seguida com a Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foram promovidas quatro (04) atividades, que proporcionaram a construção coletiva: O encontro “Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes”, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2011; A “Atividade integradora sobre Educação Alimentar e Nutricional”, realizada durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu em Salvador/BA, em novembro de 2011; A “Oficina de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas” realizada no Congresso World Nutrition Rio2012, em abril de 2012; e A consulta pública realizada entre 04 de junho a 07 de julho de 2012.

A EAN alcançou um ponto importante de seu processo de construção. Após ter percorrido um longo caminho, permeado por “altos e baixos” e depois de ter superado obstáculos no sentido de alcançar mudanças conceituais e práticas significativas, atualmente a EAN se insere no âmbito das políticas públicas no contexto da promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Portanto, “Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial, e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

A EAN vem contribuindo na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, e também no reconhecimento das diversidades da cultura alimentar, consolidando hábitos regionais, o consumo sustentável, a alimentação saudável e diminuindo o desperdício de alimentos (SANTOS, 2014).

As escolhas alimentares são influenciadas por determinantes oriundos de duas grandes dimensões, a saber: individuais e coletivas. Entre os determinantes individuais encontram-se os aspectos subjetivos, o conhecimento sobre alimentação

e nutrição, as percepções sobre alimentação saudável. Já entre os determinantes coletivos encontram-se os fatores econômicos, sociais e culturais (BRASIL, 2012).

A EAN pode ocorrer em diversos setores e deverá observar os princípios organizativos e doutrinários do campo no qual está inserida. A esses princípios estruturantes se somam: sustentabilidade social, ambiental e econômica; abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões; a comida e o alimento como referências; promoção do autocuidado e da autonomia; a educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; a diversidade nos cenários de prática; intersetorialidade e planejamento, avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2012).

A alimentação é uma prática social, resultante da integração das dimensões biológica, sociocultural, ambiental e econômica. Vários profissionais podem e devem desenvolver essas ações de EAN. Envolve vários setores, como: federal, estadual, municipal, regional e local. E, o campo de práticas da EAN é bastante diversificados e abrange diversas áreas como: Saúde; Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional; Educação; Agricultura; Desenvolvimento Agrário; Abastecimento; Meio ambiente; Esporte e Lazer; Trabalho; Cultura (BRASIL, 2012).

A mobilização da sociedade, dos profissionais e dos gestores em torno da promoção da alimentação adequada e saudável só será possível quando este tema — enquanto expressão de cidadania e fator protetor da vida — for valorizado. É necessária a sensibilização, ampliação das informações e dos conhecimentos sobre esta agenda. Para que isto ocorra é preciso reconhecer a complexidade do tema; as diferentes visões existentes no interior da sociedade; um profundo conhecimento das diferentes práticas alimentares da população brasileira e seus determinantes; o entendimento de que o impacto almejado necessita de ações permanentes e que os resultados são de médio e de longo prazos (BRASIL, 2012).

5 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa documental e exploratória de investigação qualitativa, pois trás o objeto a ser pesquisado como próprio constituinte dos procedimentos e análises.

Pesquisa documental, segundo OLIVEIRA (2007, p. 69): “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. Recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p.70).

“O termo “investigação” deriva do latim “*investigatio*” (*in+vestigium*), “*in*” significando uma ação de entrar e “*vestigium*” correspondendo a vestígio, marca, sinal” (SOUSA, 2005, p.11). Ainda segundo Sousa (2005), investigar refere-se, em termos etimológicos, em entrar nos vestígios, em procurar nos sinais o conhecimento daquilo que os provocou. A investigação qualitativa foca um modelo fenomenológico no qual a realidade é enraizada nas percepções dos sujeitos; o objetivo é compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações em vez de números. A investigação qualitativa normalmente ocorre em situações naturais em contraste com a investigação quantitativa que exige controle e manipulação de comportamentos e lugares.

Pesquisas exploratórias visam uma maior familiaridade do pesquisador com o tema, que pode ser construído com base em hipóteses ou intuições. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador/pesquisador, por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008).

Como qualquer pesquisa, ela depende também de uma pesquisa bibliográfica, estudo de caso, entre outras ferramentas, pois mesmo que existam poucas referências sobre o assunto pesquisado, nenhuma pesquisa hoje começa totalmente do zero. Haverá sempre alguma obra, ou entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas semelhantes ou análise de exemplos análogos que podem estimular a compreensão (GIL, 2008).

O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado (SANTOS, 2012). Ao final desse modelo de pesquisa poderá ser adquirido maiores conhecimentos sobre o assunto analisado, além de maiores aptidões para construir hipóteses.

Nos resultados e discussões, foi utilizado notas proêmias, que são orientações áudio-descritivas globais que antecedem, mas não antecipam informações; que apresentam, mas não revelam a obra; e que instruem a áudio-descrição, sem contudo adiantar aos usuários da áudio-descrição, aquilo que não está disponível aos espectadores videntes (LIMA, 2014).

5.1 Material e métodos

O estudo foi realizado na Escola de Referência do Ensino Médio (EREM) José Joaquim da Silva (JJS), da rede estadual de ensino, localizada no município de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata Sul, que fica a 50 Km de Recife, capital de Pernambuco. A cidade possui uma área de 372.637Km² e população estimada, em 2015, igual a 135.805 habitantes de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

A EREM José Joaquim da Silva possui sistema de merenda por empresa terceirizada que executam os cardápios desenvolvidos pela Equipe de Nutricionistas da Superintendência do Programa de Alimentação Escolar – SUPAE, nesse sentido, como os cardápios são os mesmos para todas as escolas em tempo pedagógico integral, semi-integral e às escolas técnicas, mediante indicação da SUPAE e Secretaria de Educação do Estado – SEE, a escolha da instituição ocorreu de forma a contemplar as escolas da rede estadual do município de Vitória de Santo Antão; uma vez que a construção do cardápio acessível beneficiaria todo o estado.

Para tanto o aluno/pesquisador apresentou-se a Gerência Regional de Educação Mata Centro – GRE, provido da carta de apresentação, em anexo (ANEXO A), que detalhou a proposta do presente estudo, afim de obter autorização para pesquisa e acesso a instituição de ensino do Estado. Durante a segunda semana do mês de outubro do ano de 2017, foram realizadas visitas para o acompanhamento da distribuição da merenda escolar, no horário do almoço, na referida escola. Para captura fotográfica das refeições foram repassadas orientações

a merendeira chefe, para que a mesma montasse o prato conforme a distribuição rotineira, a fim de não existir nenhum tipo de interferência. Na construção dos textos de AD considerou-se a análise sensorial do alimento em seus aspectos visuais, a partir de suas categorias adaptado do roteiro original desenvolvido por Lima (2011), Vieira (2017) e Ribeiro (2017)

Quadro 1 - Categorias da áudio-descrição da alimentação servida no almoço das escolas estaduais de Pernambuco, 2017

CATEGORIAS	CARACTERÍSTICAS A SEREM OBSERVADAS
1 - Tema	Padrão do cardápio; onde é servido (restaurante, pizzeria, <i>fast food</i> , lanchonete, etc.); local geográfico.
2 - Autoria	Nome do estabelecimento
3 – Tipo	Pintura plástica; fotografia; ilustração; desenhos entre outros
4 – Propriedade da imagem	<p>a. Colorações: vivo, opaco, brilho, contraste, nitidez, matizes (azulado; avermelhado; amarronzado, entre outros), preto e branco, negativo, nitidez, entre outros;</p> <p>b. Dimensão: retrato; paisagem; bidimensional (altura x comprimento); tridimensional (altura x comprimento x profundidade); grande, pequeno, metro, cm, mm (10 cm x 20 cm); entre outros;</p> <p>c. Categoria estilo: referência cultural da preparação (comida caseira, nordestina, baiana, italiana, etc.).</p>
5 – Elementos constituintes	<p>a. Elementos de serviços: Utensílios utilizados para apresentação da preparação: Pratos, travessas, boos, bandejas, jarras, entre outros. Tipo de matéria prima: porcelana, madeira, vidro, louça, entre outros.</p> <p>b. Estética da imagem (empoderamento do cliente da áudio-descrição a respeito da estética da obra): beleza, feiura, riqueza e opulência.</p> <p>c. Elementos constituintes da preparação: <i>Serviço</i>: Entrada, prato principal, petisco, sobremesa, refeição completa, entre outros. <i>Componentes</i>: Cereais, leguminosas, carnes, frutas, legumes, hortaliças. <i>Características tipo de cortes</i>: cubos pequeno/ médios/ grandes, julienne, bastonets, iscas, entre outros. <i>Características porção</i>: Tamanho e quantidade da porção.</p> <p>d. Natureza morta: <i>Itens decorativos</i>: flores, livros, quadros e outros.</p> <p>e. Formas geométricas: trapézio, paralelogramo, retângulo, quadrado, losango, paralelepípedos, cilindros e outros.</p>
6 – Alfabética	Textos, letras, números, símbolos.

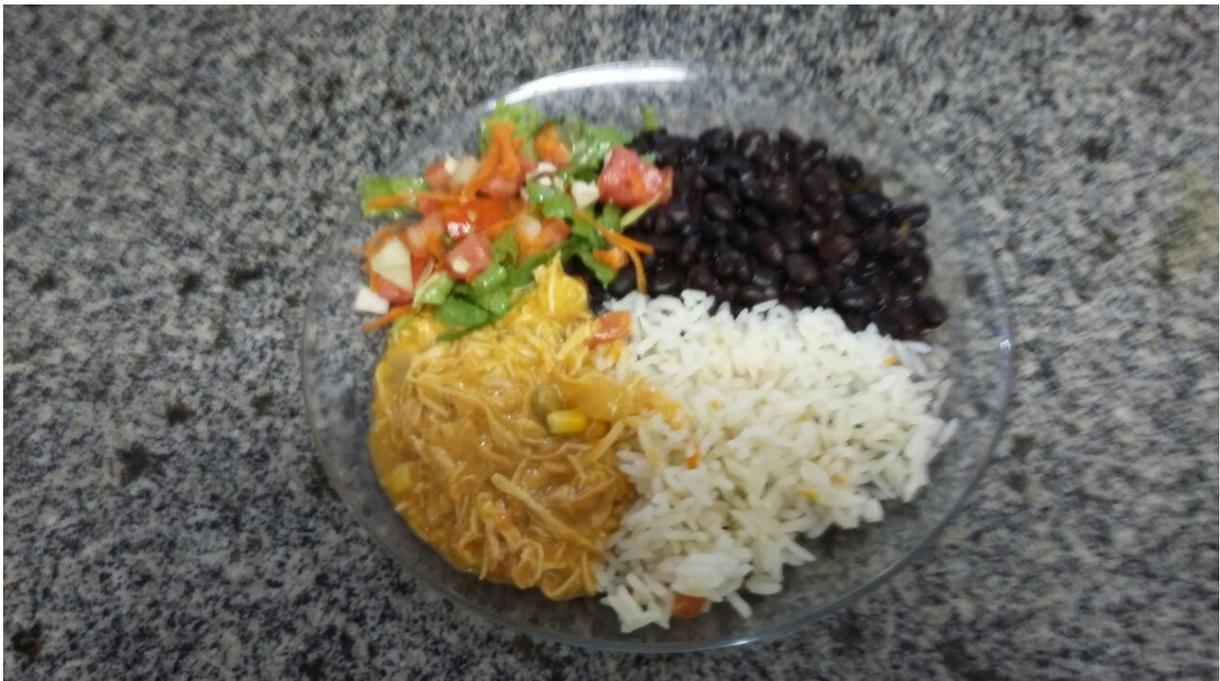
Fonte: LOPES, C. R. N., 2017.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de apresentar as imagens das refeições, as fotografias áudio-descritas seguem as categorias apresentadas no quadro 1, que mostrou-se adequado para a finalidade de imagens alimentícias, desenvolvendo de forma clara e simples um conjunto de textos facilitadores que funcionam como tecnologias assistivas para alunos cegos ou de baixa visão das escolas estaduais de Pernambuco.

Para Lima e Ribeiro (2012) , desenvolver a AD, busca-se compreender que cada imagem tem suas devidas particularidades, que embora todas tragam imagens de preparações culinárias, algumas categorias podem não ser utilizadas ou necessárias.

Imagem 1- Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 1º dia.



Fonte: LOPES, C. R. N., 2017.

Notas proêmias: Almoço da merenda escolar das escolas estaduais de gestão terceirizada de Pernambuco. A fotografia traz uma refeição completa, composta por uma porção proteica, duas guarnições e salada. De padrão médio, trivial médio ou padrão administrativo que são aquelas que apresentam maior número de preparações com maior complexidade, diversificação e custos; em comparativo com o cardápio popular.

Áudio-descrição: Fotografia colorida, ao centro um almoço em prato de vidro transparente sobre bancada de mármore escuro. Na parte inferior do prato do lado esquerdo, creme de galinha de coloração amarela, na parte superior do prato, vinagrete, tomate, alface e pepino. Ao lado, preparação de feijão preto cozido simples, ao lado porção média de arroz com cenoura.

Imagem 2 - Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 2º dia.



Fonte: LOPES, C. R. N., 2017.

Notas proemias: Almoço da merenda escolar das escolas estaduais de gestão terceirizada de Pernambuco. A fotografia traz uma refeição completa, composta por uma porção proteica, três guarnições e salada. De padrão médio, trivial médio ou padrão administrativo que são aquelas que apresentam maior número de preparações com maior complexidade, diversificação e custos; em comparativo com o cardápio popular.

Áudio-descrição: Fotografia colorida ao centro um almoço apresentado em prato de vidro transparente sobre bancada de mármore escuro. No lado esquerdo, na parte superior do prato, porção pequena de carne bovina cozida com molho, ao lado, preparação de feijão preto cozido simples, na parte inferior, do lado esquerdo,

salada crua de cenoura ralada, tomate em cubos pequenos, repolho e alface em tiras finas. Ao lado, porção pequena de salada cozida em cubos médios de batata inglesa, cenoura e chuchu ao lado porção grande de arroz branco.

Imagem 3 - Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 3º dia.



Fonte: LOPES, C. R. N., 2017.

Notas proêmias: Almoço da merenda escolar das escolas estaduais de gestão terceirizada de Pernambuco. A fotografia traz uma refeição completa, composta por uma porção proteica, três guarnições e salada. De padrão médio, trivial médio ou padrão administrativo que são aquelas que apresentam maior número de preparações com maior complexidade, diversificação e custos; em comparativo com o cardápio popular.

Áudio-descrição: Fotografia colorida ao centro um almoço apresentado em prato de vidro transparente sobre bancada de mármore escuro, no lado esquerdo, na parte superior do prato, uma porção grande de arroz branco com cenoura ralada, ao lado, porção pequena de purê de batata inglesa e a sua direita, ainda na parte superior, uma porção pequena de frango em cubos refogado. Na parte inferior, do lado esquerdo, porção grande de feijão mulatinho simples, ao lado porção média de vinagrete de tomate, cebola, repolho e alface agregada de cenoura ralada.

Imagem 4 - Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 4º dia



Fonte: LOPES, C. R. N., 2017.

Notas proêmias: Almoço da merenda escolar das escolas estaduais de gestão terceirizada de Pernambuco. A fotografia traz uma refeição completa, composta por uma porção proteica, duas guarnições e salada. De padrão médio, trivial médio ou padrão administrativo que são aquelas que apresentam maior número de preparações com maior complexidade, diversificação e custos; em comparativo com o cardápio popular.

Áudio-descrição: Fotografia colorida ao centro um almoço apresentado em prato de vidro transparente sobre bancada de mármore escuro, no lado esquerdo, na parte superior do prato, uma porção grande de arroz branco com cenoura em cubos pequenos, ao lado porção grande de feijão macassar refogado, na parte inferior, do lado esquerdo, porção pequena de vinagrete de tomate, repolho e alface agregada de cenoura ralada ao lado uma porção grande de sobrecoxa de frango guisado.

Imagem 5 - Almoço da merenda escolar da EREM JJS, 5º dia.



Fonte: LOPES, C. R. N., 2017.

Notas proêmias: Almoço da merenda escolar das escolas estaduais de gestão terceirizada de Pernambuco. A fotografia traz uma refeição completa, composta por uma porção proteica, três guarnições e salada. De padrão médio, trivial médio ou padrão administrativo que são aquelas que apresentam maior número de preparações com maior complexidade, diversificação e custos; em comparativo com o cardápio popular.

Áudio-descrição: Fotografia colorida ao centro um almoço apresentado em prato de vidro transparente sobre bancada de mármore escuro, no lado esquerdo, na parte superior do prato, uma porção pequena de salada de tomate, alface e cenoura ralada, ao lado, porção média de feijão preto simples, ao lado, porção média de farofa de cuscuz. Na parte inferior, do lado esquerdo, porção grande de arroz branco, ao lado, uma porção grande de guisado simples de carne de boi em cubos pequenos.

Na pesquisa notou-se poucos documentos com a abordagem de EAN para a pessoa cega, bem como nenhum estudo que tratasse AD como uma estratégia de EAN. Na área de AD os trabalhos encontrados em sua maioria fazem parte da Revista Brasileira de Tradução Visual. Considerando os poucos estudos que

abordam a temática, a pesquisa trata da utilização de um instrumento de apoio a pessoa cega para as práticas de EAN, visando a desmistificação e a aproximação da didática nutricional ao sujeito cego.

Alguns estudos (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012) trazem o uso da AD em imagens do livro didático, trazendo contribuições na compreensão dos textos para alunos surdos, identificando que a técnica se mostra eficiente também para outras deficiências, uma vez que para Ribeiro (2011) a AD traz benefício as pessoas com deficiência e se usada como facilitador educacional, torna-se instrumento de empoderamento escolar.

Estudo realizado por Luís (2015), traz uma abordagem de adaptação dos materiais educativos de EAN para pessoas cegas, com respostas também positivas, relatando também a escassez de recursos didáticos para esse público e destacando a necessidade de profissionais capacitados, para o trabalho com o público em questão.

Neste sentido, o objeto proposto nesse estudo garante mais uma alternativa para autonomia da pessoa cega; as imagens do almoço da merenda escolar do EREM JJS, contempla todas as escolas estatuais de gestão terceirizadas, o que torna o estudo uma proposta de fácil reprodutividade e com grande abrangência social.

O roteiro sugerido pode ser trabalhado, não apenas, na construção do cardápio da merenda escolar, mas de todas as unidades de alimentação e nutrição – UAN, o que confere um produto para toda a população brasileira, seja integrada no ambiente escolar, trabalho ou lazer. Para tanto outros estudos podem ser propostos a fim de verificar a eficácia desse cardápio na construção de hábitos alimentares saudáveis, bem como autonomia nas escolhas nutricionais da pessoa cega.

Compreendemos que com a construção do cardápio acessível, deve ser visto como colaborador para os aspectos sociais e educacionais, uma vez que a merenda escolar contribui para o processo de aprendizagem. Alunos de baixa visão e cegos de todo estado de Pernambuco terão acesso igualitário a escola de forma positiva na sua formação, visto que, dele não será tomado o direito de ser autônomo e participativo na construção de uma escola inclusiva em todos os seus aspectos.

7 CONCLUSÃO

Muito deve ser feito e estudado para garantir a pessoa com baixa visão ou cega a equidade diante dos enfrentamentos e barreiras comunicacionais vivenciadas no ambiente escolar e diante da sociedade. Estudos no âmbito da saúde, especialmente dentro da área educação em saúde, são ainda escassos, o que reforça a ideia de novos pesquisadores e novas pesquisas necessitam ser desenvolvidas para que essa parcela da população não seja negligenciada.

Novos instrumentos vêm sendo desenvolvidos com as tecnologias assistivas a AD para garantir que os direitos sejam de fato cumpridos. Estudos com a EAN para indivíduos cegos, surgem ainda com muita timidez e poucas discussões são encontradas na literatura. Devendo ser encorajado as práticas para esse público, seja com a utilização da AD, ou de atividades adaptadas, sendo estes instrumentos, indispensável à inclusão da pessoa cega.

Neste contexto, o presente estudo apresentou-se de forma a colaborar com as políticas públicas e reforçar que a escola deve ser referência de inclusão, visto que, a merenda escolar participa diretamente do processo de aprendizagem, onde o aluno cego, uma vez integrante da escola, deve ter acesso a todos os aspectos educacionais, sendo assim, deve ter acesso a merenda escolar e deve ter direito participativo nas suas escolhas nutricionais, como forma de garanti-lhe o direito a educação de qualidade.

E com o cardápio acessível (áudiodescrito) que pode também ser facilmente reproduzidos pelos estabelecimentos privados, que além de se adequar a inclusão social, melhora o atendimento e beneficia esse público, e assim oferecer autonomia as pessoas cegas. A AD de imagens alimentícias pode ser utilizados nas atividades de EAN como instrumento e/ou ferramenta para desenvolvimento de outras práticas, bem como, acesso de diferentes aspectos e limitações do ser humano.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, A. **Pessoas com deficiência nos censos populacionais e educação inclusiva**. Consultoria Legislativa da Área XV Educação, Cultura e Desporto – estudo.2014. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2014_14137.pdf>. Acesso 27 de nov. 2017.

ASSISTIVA. **Tecnologia e educação**. 2010. Disponível em:<<http://www.assistiva.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, MiryamBonadiu. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador II**. Brasília: ABPEE - MEC : SEESP , 2006.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**. PUCCAMP, Campinas, v.10, n.1, p. 5-19, 1997.

_____. **Educação em nutrição: integrando experiências**, 1ª ed., Campinas: Komedi Editora, 2013. 268 p.

BRASIL. **Blog da saúde**. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/entenda-o-sus/50111-voce-sabe-o-que-e-equidade.html>>. Acesso em: 03 de jul de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 07 jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_5_.asp>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004** - DOU de 03/12/2004. <www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 04 jan. 2018.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2004/5296.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2017

_____. Decreto Nº 7611 de 17 de novembro de 2011.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 07 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-geral da política de alimentação em Nutrição. In: **II Fórum de Educação Alimentar e Nutricional**. Brasília (DF): Ministério da Saúde (MS); 2006. Disponível em: <http://nutricao.saude.gov.br/ii_forum_edu_an.ph>. Acesso em: 07 nov 2017

_____. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. 2. ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004., disponível em <<http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>>. Acesso em: 29 de jun de 2017.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Ata da VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas** - 13 e 14 de dezembro de 2007. Brasília: CAT/CORDE/SEDH/PR. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata_VII_Reuniao_do_Comite_de_Ajudas_Tecnicas.doc>. Acesso em: 13 set. 2017.

BÜRKLE, Thyene da Silva. **A sala de recursos como suporte à Educação Inclusiva no Município do Rio de Janeiro**: das propostas legais à prática Cotidiana. 2010. 147f. Dissertação - (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/teses/pdf/thyene_dissert.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

CHAVES, Lorena Gonçalves; BRITO, Rafaela Ribeiro de. **Políticas de Alimentação Escolar** – Brasília : Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006.

FASTER Centro de Referências. **Tecnologia Assistiva**. 2010. Disponível em: <<http://www.crfaster.com.br/tecassist.htm>>. Acesso em: 23 out. 2017.

GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia assistiva e inclusão social da pessoa com deficiência. **Revista AREDE - Tecnologia para a Inclusão Social**, São Paulo, Momento Editorial, n. 53, nov. 2009. Disponível em: <www.areded.org.br/inclusao/edicoesanteriores/152-edicao-no53-novembro-2009/2445-tecnologiaassistiva>. Acesso em: 14 ago 2017.

GARCIA, R.W.D. Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar. **Physis**, Rio de Janeiro, vol.7, n.2, pp.51-68. 1997.

GIL, Marta (org.). **Deficiência visual**. Brasília : MEC. 2000. (Cadernos da TV Escola. 1). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acesso em: 02 de jul de 2017

GIROTO, C.R.M., POKER ,R.B.,OMOTE, S.(org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária; São.Paulo. Cultura Acadêmica, 2012 .238.p

GUTERRES R.L., MATOS T.P., MACHADO N.M.V., Desenvolvimento de ações metodológicas de educação em saúde e nutrição junto a portadores de deficiências. **EXTENSIO – Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, n 4, 2006.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística . **IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>>. Acesso em: 23 de out de 2017

LIMA, E.S. **Mal de fome e não de raça**: gênese, constituição e ação política da educação alimentar, 1934-1946. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000.

_____; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro, 1980-1998. **Hist Ciênc Saúde Manguinhos**, [online]. v. 10, n. 2, 2003.

LIMA, F. **Áudio-descrição: Opinião, Crítica e Comentários** - Segunda Lição de Áudio-descrição. Disponível em: <http://www.lerparaver.com/lpv/segunda-licao-audio-descricao>. Acesso em: 14 jan. 2018.

LIMA, J.F. et al, Em Defesa da Áudio-descrição:contribuições da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, [s.l.], v.1 p.6-27.2009

LIMA, J.F. Introdução aos estudos do roteiro para áudio-descrição: sugestões para a construção de um script anotado, **Revista brasileira de Tradução Visual**, [s.l.], v.11, p.1, 2011.

LUÍS, C. M. A. et al. Educação alimentar e nutricional como instrumento de promoção da autonomia e inclusão social de pessoas cegas, **Seção Artigos**, Rio de Janeiro, ano 21, n.58, v.1, p.79-89, jan.-jun. 2015.

MACHADO, R R et al, Sobrepeso e obesidade de pessoas com deficiência visual, **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetinga,v.3,n.6, p. 276-283. 2016

MAGALHÃES, M. B. H. **A manipulação de alimentos como alternativa de inclusão profissional de deficientes visuais**. 81 f. Dissertação de (Mestrado

Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos), Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Triângulo Mineiro.Campos Uberaba. 2014.

MOTTA, L.M.V.M. A. **Audiodescrição - Recurso de Acessibilidade de Inclusão Cultural**. 2008. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/livia>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____, L.M.V.M. A. **A Audiodescrição vai à Ópera**. In: MOTTA, L.M.V.; ROMEU FILHO, P. (orgs): Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

_____, L.M.V.M. A. **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MUNSTER, M.A.; ALMEIDA, J.J.G. Atividade Física e Deficiência Visual. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais**. 2a. ed. Barueri, SP: Manole, 2008, cap.02,p.28-75

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007

RIBEIRO E.N. e Lima J.F. Contribuições da áudio-descrição para a aprendizagem de educandos surdos, **Revista brasileira de Tradução Visual**, [s.l.], v.10, n.10, p.1-33, mar.2012.

SANTOS, C. J. G. **Tipos de Pesquisas**. [S.l.; S.n], 2012. Disponível em: http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/PROJETO_RH/_OF.TIPOS_PESQUISA.PDF. Acesso em: 20 denov. 2017.

SANTOS, L.A.S., Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18, n. 5, 2005.

_____. O fazer educação alimentar e nutricional:algumas contribuições para reflexão. **Revista Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2012

SASSAKI, R.K., Por falar em classificação de deficiências, **Revista brasileira de Tradução Visual**, [s.l.], v.12, n.12, 2012

SCHREINER, J. R. et al. Avaliação do consumo Alimentar de Deficientes Visuais em uma Associação na Cidade de Santa Maria, RS, **Revista brasileira de Tradução Visual**. , [s.l.], v.53, n.5, p.617-624, 2011

SILVA, N. S. et al. **Convivendo Com A Diferença: A Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência Visual**. Recôncavo da Bahia, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sies/pages/arquivos/009%20-%20CONVIVENDO%20COM%20A%20DIFEREN%C3%87A.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2018

SOUSA, A. **Investigação em educação**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

ULBRICHT, V. R. VANZIN, T. Villa-rouco, V. **Ambiente virtual de aprendizagem inclusivo**. Florianópolis : Pandion, 2011.352 p. : il.

VALENTE, F. Em busca de um educação nutricional crítica. In: Valente F. **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. São Paulo: Cortez; 1986

VIEIRA, P.. União em Prol da Áudio-Descrição. Revista Brasileira de Tradução Visual, [s.l.], v.4, n. 4 , set. 2010.

_____, Diretrizes para áudio-descrição e Código de conduta profissional para áudio-descritores baseados no treinamento e capacitação de áudio-descritores e formadores dos Estados Unidos 2007-2008. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, , [s.l.], v. 4, n.4, p. 1-60, set/dez 2010. Disponível em: www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/54/76 Acesso em: 04 jan. 2018.

ANEXO A - Carta de apresentação a GRE Mata Centro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO



Venho por meio desta solicitar que a estudante/pesquisadora **Cleide Rita Nunes Lopes**, a qual está devidamente matriculada no oitavo período do curso de Nutrição, campus Vitória/UFPE, tenha acesso ao cardápio da merenda escolar ofertado aos estudantes da rede estadual de ensino, sob a Gerência Regional de Educação Mata Centro - GRE Mata Centro. A estudante/pesquisadora está desenvolvendo, sob minha orientação, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado **Áudio-descrição: viabilizando a acessibilidade a nutrição-enfoque na construção de um cardápio inclusivo para pessoa cega**, que tem como objetivo elaborar cardápio acessível, de cunho inédito, que visa testar a áudio-descrição como ferramenta de educação alimentar e nutricional em escolas públicas na cidade da Vitória de Santo Antão, PE. Para tanto a estudante/pesquisadora fará visitas as instituições de ensino, a fim de acompanhar a distribuição de uma refeição da merenda escolar, bem como fotografá-la durante uma semana. A captura de fotos também pode ser realizada por funcionário previamente orientado pela estudante/pesquisadora e repassadas, via aplicativo de mídia, conforme disponibilidade da instituição. Espera-se, ao final do estudo, entregar a esta população um cardápio de caráter acessível onde as fotografias das preparações serão áudio descritas e transcritas em braille garantindo ao educando portador de deficiência visual acessibilidade e autonomia a merenda escolar na perspectiva da formação de hábitos alimentares saudáveis.

Vitória de Santo Antão, 30 de Outubro de 2017.

Juliana Souza Oliveira
Profa. Dra. Juliana Souza Oliveira

Orientadora



Juliana Souza Oliveira
Núcleo de Nutrição
Centro Acadêmico de Vitória/UFPE
Professor Adjunto
SIAPE: 1551372